

Guedes ataca possível mobilização por aumento salarial

"Qualquer onda do funcionalismo para pedir aumento de salário agora, mais privilégios, seria uma demonstração colossal de insensatez", afirmou ao Estado o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Com 40 milhões de brasileiros sem carteira assinada, acredito que, se isso ocorrer, poderá levar a opinião pública a exigir medidas muito mais duras do que as que nós vamos propor para os funcionários atuais na reforma administrativa. Estamos poupando o funcionalismo na questão da estabilidade e não estamos falando nada de salários atuais."

Segundo Guedes, nos últimos 15 anos, o funcionalismo federal teve mais de 50% de aumento real (acima da inflação) nos salários, enquanto o Brasil mergulhou no desemprego em massa.

Em resposta a uma pergunta sobre um possível amolecimento de Bolsonaro com a pressão dos servidores, Guedes disse acreditar que "ele sabe a diferença entre um presidente forte e popular, como (o ex-presidente americano) Ronald Reagan e a ex-primeira ministra (britânica) Margaret Thatcher, e um populista e fraco, como (o ex-presidente) João Goulart".

Em referência à iniciativa do governo do Distrito Federal de pedir recursos da União para pagar aumento dos funcionários locais, o ministro afirmou que "está havendo um mal-entendido, levando à percepção de que estamos querendo dar aumento de salário". De acordo com ele, "em nenhum momento" Bolsonaro quis dar um sinal verde para a deflagração de uma onda de reivindicações salariais dos servidores federais.

"O dinheiro que eles estão pedindo é do próprio Distrito Federal, de um fundo deles administrado pela União. Não é do governo federal", disse. "Eles é que querem dar aumento ao funcionalismo, com dinheiro deles mesmos, não nós."

Servidores cobram aumento da coparticipação do governo em planos de saúde

Surpreendidos com um aumento de 12,54% anunciado pela Geap-Saúde, servidores devem ampliar a pressão para que o governo aumente a coparticipação em planos de saúde. Essa é uma das pautas prioritárias da Campanha Salarial 2020 da categoria que deve ser lançada no próximo dia 12 de fevereiro. Hoje, o governo arca com em média 20% dos valores mensais pagos aos planos de autogestão. Com salários congelados por mais de dois anos, muitos servidores já tiveram que abandonar os planos. O impacto maior está justamente na faixa etária acima dos 60 anos que abrange grande parte dos associados.

A crise nos planos de autogestão não é recente. Há anos a Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas lutam para que o governo amplie os valores da contrapartida pagas aos planos, não só Geap, mas também Capsaúde e outros. Aumentos abusivos e problemas na cobertura desses planos são alvo constante de críticas por parte dos servidores que, apesar de arcar com em média 80% das receitas dos planos de autogestão, não são os que têm poder de minerva em votações nos conselhos administrativo e financeiro dos planos que fica a cargo de indicados pelo governo.

Para encontrar consensos nesse cenário, a Condsef/Fenadsef sempre buscou negociar e dialogar de forma permanente com as empresas, mas sobre o aumento anunciado agora pela Geap não foi procurada pela empresa. Ao Jornal Extra, o secretário-geral da Confederação comentou a situação. "Não tivemos negociação, isso (o reajuste) não foi discutido com a representação. Os servidores estão com o salário congelado há praticamente três anos e, com esse aumento, fica insustentável para um funcionário arcar com essa despesa para si próprio mais seus dependentes.

Esse é um dos temas que vamos debater na volta do Congresso (que está em recesso). Queremos que o governo coloque em lei o subsídio de 50% do plano de saúde", disse. O aumento de 12,54% é superior ao de 7,35% aprovado pela ANS para planos familiares individuais.

Reajustes abusivos e falta de cobertura da Geap

Aposentados e servidores públicos federais vêm sofrendo com os aumentos anuais acima da inflação aplicados pela Geap Autogestão em Saúde – empresa pública responsável por administrar planos de saúde de servidores federais. Inconformados, muitos procuraram a Justiça para pleitear um reajuste menor. Além disso, são comuns as reclamações de negativa para procedimentos e desfiliação de hospitais de referência promovidas pela administradora, problemas que já refletem no orçamento da Geap.

A relação entre a empresa e os servidores piorou quando, em dezembro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu aos planos com coparticipação um aumento acima da inflação nas mensalidades. Assim, muita gente que tinha ganhado o direito a reduzir o valor das mensalidades teve a ação revertida na Justiça. Com isso, a Geap começou a cobrar desses trabalhadores não só o preço original mas também o retroativo dos descontos dados nos meses anteriores.

Desde 2015, quando o Conselho de Administração da Geap (Conad) permitiu um aumento de até 37,5% na mensalidade, a empresa perdeu 200 mil assinantes. O número caiu de 650 mil para 450 mil. Depois do reajuste, tribunais de todo Brasil começaram a ser inundados por processos judiciais de servidores que tentavam reverter, na Justiça, as cobranças extras.

O resultado foi 152 mil ações favoráveis aos usuários, representando uma queda de receita de R\$ 400 milhões para a Geap, conforme informou o diretor jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Rogério Antônio Expedito.

Acordo

Depois de muitas disputas judiciais e discussões, as associações sindicais conseguiram fazer um acordo com a Geap. Os representantes dos servidores concordaram em pôr fim às ações na Justiça e, em troca, o aumento programado de 19% caiu para 9,75%.

A Condsef, junto a outras entidades, intermediou o acordo entre a empresa e as categorias. As duas partes conseguiram chegar a um denominador comum e o valor fixado ficou abaixo da inflação média do período que, segundo cálculos do segmento, foi de 11%.

Por meio de nota, a Confederação se manifestou dizendo que "o fato de reajustes abusivos sucessivos ocorrerem, além de corroer o poder de compra da categoria, estava inviabilizando a participação de muitos servidores, deixando famílias sem seus planos de saúde".

Contrapartida

A participação do governo federal é outro ponto questionado pelos sindicatos. Segundo Expedito, os servidores contribuem com 85% da mensalidade e a União participa com apenas com 15%. "O ideal seria cada um arcar com 50%", defende.

"Mesmo assim, os servidores não detêm a palavra final de gestão. O governo é quem indica a maioria. Isso precisa mudar", diz Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef. Segundo o regimento da empresa, o conselho é composto por três eleitos entre os beneficiários e três indicados pelo Palácio do Planalto, incluindo o presidente, que tem poder do voto de Minerva nas deliberações.

O pedido de aumento da contrapartida do governo nos planos de saúde foi encaminhado pelas entidades representativas em fevereiro de 2018 ao extinto Ministério do Planejamento, mas nunca houve resposta à manifestação.

Por meio de nota, o Ministério da Economia, que absorveu o Planejamento na atual gestão, informou que "em relação ao reajuste do valor destinado pelo governo para o custeio parcial da assistência à saúde, o ministério esclarece que os referidos valores tiveram atualização por meio da Portaria MP nº 8, de 13 de janeiro de 2016, e que qualquer nova concessão que implique em aumento dos gastos e investimentos públicos, depende de disponibilidade orçamentária".

O outro lado

Por meio de nota, a Geap informou ao Metr p les que o reajuste para 2019, válido a partir de 1  de fevereiro, será o menor percentual aplicado nos últimos anos.

A empresa ressaltou, ainda, que as decisões sobre reajustes são tomadas seguindo a Lei n  9.656 e "a partir de um cuidadoso estudo atuarial, que considera uma série de fatores". Entre os quesitos observados, estão a proje o de receitas e despesas para o ano e o aumento das despesas médico-hospitalares, que tem sido acima da infla o oficial, diz a administradora.

Em 2019, déficit de servidores foi a 24 mil, o maior em 20 anos

O primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fechou com um saldo negativo de 24 mil servidores. Até outubro, 9.784 pessoas foram contratadas. Paralelamente a isso, o funcionalismo teve 33.848 aposentadorias concedidas.

Desta forma, o saldo entre entradas e saídas de funcionários no Executivo Federal ficou negativo em cerca de 24 mil trabalhadores no ano. Os dados foram levantados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco (Sindsep-PE), que aponta o  ndice como o maior em quase duas décadas.

Segundo a entidade, o serviço público contou com um grande número de pedidos de aposentadoria devido à tramita o da reforma da Previdência.

Segundo a entidade, as vacâncias prejudicam o funcionamento dos serviços públicos. A situa o, segundo o sindicato, fica ainda pior com a extin o de postos.

Nos últimos dias de 2019, o governo editou um decreto para extinguir 27,5 mil cargos. Destes, a maioria é ligada ao Ministério da Saúde. O decreto também vedou concursos para 68 profissões.

"  uma política de desmonte do serviço público, capitaneada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo próprio Jair Bolsonaro. Ambos querem privatizar tudo o que puderem para repassar os serviços para a iniciativa privada", critica o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, em comunicado.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Economia, mas não obteve resposta até a última atualiza o deste texto. O espaço continua aberto a manifesta es.

Ameaça de greve

Os servidores organizam um movimento nacional contrário às mudanças promovidas pelo governo federal no funcionalismo público. O grupo é contra a reforma administrativa, a redu o de jornada de trabalho e as privatiza es de estatais. Essas agendas dividem o funcionalismo e a equipe econ mica do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em lados antag nicos.

As articula es para o movimento começaram em novembro, quando o governo cortou R\$ 5,4 bilhões na despesa com servidores.   época, a Plenária Nacional em Defesa dos Serviços Públicos Municipal, Estadual e Federal, das Empresas Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores aprovou um manifesto unificado.

Entidades sindicais das três esferas do funcionalismo assinaram o documento, que, entre outros pontos, destaca a importância do serviço público para a sociedade. A greve está prevista para 18 de março

Calendário de Atividades

- **17/01** – Palestra - A reforma no Regime Geral de Previdência e seus impactos para aposentados e os quase aposentando – Sede da CUT/MG;